

RESENHA:

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Marcus Vinícius Coutinho Gomes¹

O texto pretende realizar resenha pontuada por exame crítico sobre a obra *Impasses da Democracia no Brasil*, do autor Leonardo Avritzer. As pontuações, ainda que limitadas pelo restrito espaço de uma resenha, almejam examinar como o mencionado autor investigou dados empíricos, evitando ilações meramente ensaísticas, para discutir cientificamente um quadro analítico de conjuntura a partir de uma perspectiva dos acontecimentos atuais do cenário político social brasileiro. Desde logo, coteja-se que talvez nisso resida um dos grandes méritos desta obra: a análise é realizada sob bases científicas, amparada por dados, evitando uma exposição de cunho opinativo ou excessivamente partidária.

O autor, segundo informações de sua página no currículo lattes (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783117U7>), nasceu em 1959, e graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo aí também obtido seu título de mestre. Morou nos Estados Unidos onde conseguiu, em 1993, o título de doutor em sociologia política pela New School for Social

¹ Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Professor de Direito Ambiental e Minerário da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim- FDCI. Email: marcus.gomes4@gmail.com

GOMES, Marcus Vinícius Coutinho

Research. Posteriormente, concluiu seu pós-doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais e reverenciado como um dos principais acadêmicos que pensam a questão brasileira.

Sobre o livro, inicialmente cabe destacar o pressuposto adotado pelo autor para estruturar sua análise. Para Avritzer, o Brasil, à época, repousa sobre uma situação de democracia exitosa que alcançou alguma estabilidade econômica, com redução das desigualdades sociais e combate eficaz à corrupção. No entanto, argumenta que é justamente em razão dos avanços da democracia que emergem os impasses sobre os quais deita sua atenção. O que se nota é que Avritzer, em sua compreensão sobre o que reputa como impasses, demonstra também posicionamento avaliativo acerca da construção democrática no Brasil. É como se ele visitasse o outro lado dessa experiência democrática exitosa.

Como dito, o autor faz uma análise de estrutura e, para tanto, pondera sobre 4 elementos que, segundo sua opinião, têm um forte papel na conjuntura posta, quais sejam: os limites do presidencialismo de coalizão; os limites da participação popular e do consenso participativo (que acaba sendo uma revisão de outros muitos trabalhos do autor nesta área); os paradoxos do combate à corrupção; a perda de status e privilégios da classe média.

Ao abordar o presidencialismo de coalizão - que aparenta ser o grande ponto de aprofundamento analítico da obra -, procura problematizar a ideia de que, embora o chefe do poder executivo ascenda ao cargo com alguma maioria, isso não redunde em ter equivalente maioria partidária na casa parlamentar. Numa verificação inicial, esse fato poderia ser responsável por gerar certa ingovernabilidade, no entanto isso é refutável, pois o presidencialismo de coalizão tem sua capacidade de produção de governabilidade impulsionada também por outros pressupostos. Assim, na verdade, o que o autor busca verificar são os custos de uma formatação de governo que se estrutura sobre alguns pressupostos – que não necessariamente se expressam integralmente. São eles o fato do presidente precisar, para aprovar suas iniciativas no congresso, do corpo parlamentar ao seu lado; a suposição de que o presidente controla a agenda do poder legislativo; e, em terceiro lugar, o entendimento de que existem

negociações entre o presidente e as lideranças partidárias, que trocariam seu apoio por ministérios.

Ao analisar o presidencialismo de coalizão, sob o ponto de vista da governabilidade, este autor se esforça para se afastar de um conceito restrito - que traria apenas a concepção desta como capacidade do poder executivo de aprovar iniciativas no congresso. Em um aspecto mais amplo, governabilidade seria também entendida como a legitimidade das práticas. Em outras palavras, a análise deste autor se volta a apontar o desgaste que a ideia de coalizão foi galgando no Brasil. Desta forma, defende que governabilidade não pode ser pensada simplesmente como a capacidade do presidente de aprovar iniciativas de lei no congresso, mas a legitimidade de suas opções de governo.

Ainda sobre o presidencialismo de coalizão, fica clara a dificuldade que os governos do PT (Partido dos Trabalhadores) têm em formar coalizões, se comparado com partidos alinhados à direita. Tal dificuldade se relaciona com outros elementos da crise instalada, sendo seu eixo principal a existência de grande distância entre a ideologia a partir da qual o PT governa, e a ideologia majoritária no Congresso Nacional.

Outro ponto que deve ser assinalado sobre a falta de afinidade ideológica do PT com o Congresso Nacional, é a necessidade de maiores concessões deste partido ao parlamento. Tais compromissos, acabam por conduzir à certo desgaste político e consequente ineficiência do Estado como um todo. Exemplo disso vê-se no DNIT, onde o posto gerencial do órgão é assumido não por haver intenções de melhoria do transporte interurbano no Brasil, mas é cargo que propicia a construção de boas bases políticas para plataformas pessoais futuras.

Assim, aponta-se que de um lado é mais difícil para o PT formar coalizões e, por outro lado, tal dificuldade acaba implicando em concessões que diminuem a legitimidade do processo coalizionário, com afetação da imagem do partido frente à opinião pública – mesmo porque, como se tem notado, questões atinentes à corrupção não são associadas à coalizão, mas ao partido. Aliás, sobre corrupção, o autor aponta a dificuldade de sua métrica e diz que sua avaliação acaba se dando pela própria

percepção social da corrupção, sendo que esta percepção aumenta tanto maior é o combate à mesma.

Nos quatro elementos estruturais de sua análise, o autor aborda também o aspecto dos limites da participação popular. Sobre esse ponto, Avritzer ressalta dois argumentos que são importantes na compreensão da crise e que acabam por incidir sobre a incapacidade que o governo do PT, e que o sistema político como um todo, tem de resolvê-la.

Um argumento desenvolvido sobre a participação é que, de 1988 até 2013, o Partido dos Trabalhadores, bem como movimentos sociais afetos a ele, detiveram a hegemonia do campo participativo. Nota-se isso através da observância das administrações municipais do PT, que foram as que implantaram processos participativos relevantes e que se tornaram conhecidos. Observa-se que a capacidade mobilizatória de movimentos sociais, institucionais ou extrainstitucionais até 2013 foi quase que exclusivamente de movimentos tradicionalmente ligados ao Partido dos Trabalhadores, o que acaba por produzir como resultado a estabilização do governo de esquerda. Soma-se a isso a incapacidade mobilizatória da oposição, o que também cooperava para gerar certa estabilidade.

Este resultado foi rompido em 2013. É neste contexto que passa a existir um campo participativo de característica pluralizada e polarizada que, a partir de 2015, conduz para um quadro de hegemonia conservadora sobre o campo da participação no Brasil. Desta forma, torna-se possível dizer que a hegemonia gozada pelo PT até 2013 se esgotou.

Um terceiro ponto abordado pelo autor, como componente do impasse por ele analisado, são as mudanças recentes na leitura sobre a corrupção e as instituições de controle. O autor aloca o combate à corrupção como integrante da agenda da esquerda democrática brasileira – que entendia a corrupção como consequência da forma patrimonial de organização do Estado. Em outras palavras, é possível dizer que a corrupção seria decorrente de uma elite conservadora que, sob o aspecto tanto político quanto econômico, tinha acesso privilegiado ao Estado. Foi essa a principal razão para que se perseguisse então o desvencilhamento do sistema judiciário do Executivo,

aprofundando sua independência real e gerando estruturas autônomas. São exemplos disso as mudanças institucionais realizadas no Ministério Público e o fortalecimento da independência do TCU. Outros exemplos são ainda a criação da CGU e o fortalecimento institucional da polícia federal. Toda a construção da institucionalidade de combate à corrupção está de acordo com o programa do campo de esquerda, que entendia que o problema era fundamentalmente combater as estruturas do Estado patrimonial.

No entanto, a questão enfrentada nesta conjuntura foi a disjunção entre o fortalecimento das instituições de controle em cenário de continuidade do financiamento político-partidário privado. Esta forma de financiamento sempre foi um celeiro sistêmico de corrupção, o que fez ingressar no discurso do judiciário uma postura combativa contra estas práticas de financiamento.

Um quarto ponto da obra, diz respeito à classe média e sua perda de privilégios e, em certa medida, empobrecimento. Foi também essa camada média – que menos é conceituada por sua renda e mais por seu significado simbólico – que não se viu beneficiada pelas políticas sociais dos governos petistas. Isso fomentou a ruptura desta classe com a esquerda, vez que assumiu uma nova pauta para si, que é a de ser uma direita nacional orgulhosa de ideário liberal. É exatamente essa nova direita que toma as ruas nos movimentos recentes. Nota-se isso com grande força na cidade de São Paulo, pois é aí que se concentra grande parte dessa camada média simbólica e insatisfeita, se posicionando como uma direita com pautas que envolvem, dentre outras, a redução do Estado e a defesa do mérito.

O autor tenta também estabelecer, desde a introdução do livro, dois diálogos com autores que pensam a questão do Brasil recente. Para isso, debate primeiro as ideias propostas por Marcos Nobre, principalmente sua teoria do “peemedebismo”, que significa estar no governo, independentemente do partido a que se pertença, como parte de um superbloco parlamentar com poder de veto de iniciativas que lhe sejam contrárias. O que Leonardo Avritzer questiona sobre o peemedebismo é que se este não deve ser sempre considerado como algo ruim, como faz seu autor. Existiram momentos que esta formatação foi responsável pela produção de resultados positivos.

O autor ora resenhado, também dialoga com a teoria da cidadania insurgente de Paulo Arantes. Por esta teoria, o processo participativo caminhava bem no Brasil, havendo problemas apenas quando o sistema político utilizou desta participação e a institucionalizou, sem reconhecer que através disso se logrou produzir resultados positivos. A ideia central de Arantes seria a de que o sistema político é sempre um problema e a cidadania é sempre extrainstitucional, e quanto mais extrainstitucional for melhor será. No entanto, para Leonardo Avritzer, o que se tem é um conjunto de movimentos com pautas diversas: ora mais participativas, ora menos participativas, por vezes mais institucionalizadas ou menos institucionalizadas. O problema central encontrado por este autor e que é sua discordância de fundo com Paulo Arantes é que, seja de que forma for, ou a participação contribui para a estabilização do sistema político dentro do campo da institucionalidade democrática ou ela vai acabar por ter pouca relevância na democracia brasileira.

Pode-se dizer que a obra de Leonardo Avritzer acaba por expor a visão do autor no sentido de que as coalizões foram férteis no Brasil e que são necessárias, assim como a participação também o é, enquanto instrumento de legitimidade da governabilidade em sentido ampliado. No entanto, parece que, no momento atual, estes elementos acabam por colidir tanto em termos políticos, quanto institucionais. Daí emerge a necessidade de serem repensados para que seja possível vislumbrar saída da crise instalada. De igual forma se faz necessário repensar, através da análise dos resultados que ora se verificam, o processo de autonomização das instituições de controle (que se colocam como grandes guardiões da esperança de saída da situação de crise).

A obra de Leonardo Avritzer tem méritos incontestáveis, dentre os quais é possível destacar a acessibilidade das informações, o amparo em dados (com gráficos precisos que, se não desvendam, ajudam numa aproximação com as manifestações de 2013), a alocação da crise atual num panorama histórico maior – que demonstram que a situação corrente não é fruto de acontecimentos recentes –, o oferecimento de um conceito ampliado de governabilidade amparado na legitimidade, uma análise lúcida sobre o êxito e os custos do presidencialismo de coalizão, além das fragilidades de um certo modo de se fazer política. Tudo isso ajuda a compreender o quanto será difícil atravessar e superar a crise posta. Avritzer, em sua jornada pelos dados, aloca os

GOMES, Marcus Vinícius Coutinho

impasses como um outro lado do êxito da democracia. Agora, parece que começamos a ver o outro lado deste outro lado.